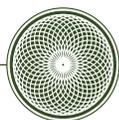


Relacionamento com organismos e foros internacionais





4.1 Fundo Monetário Internacional

O Brasil assumiu importante papel nas discussões das causas e possíveis consequências da crise financeira internacional e nas definições da política e da organização do Fundo Monetário Internacional (FMI). O Banco Central do Brasil participou do debate para definição do aumento da capacidade financeira do FMI. Também discutiu o aprimoramento do instrumental disponível para prestar assistência aos países membros, a capacidade técnica para prevenir, identificar e solucionar crises e as reformas relacionadas à governança e à representatividade dos países membros.

O Brasil, em razão de seus bons fundamentos macroeconômicos e da sólida situação de balanço de pagamentos e de reservas, passou a contribuir para aumento da capacidade de financiamento do FMI. O país tornou-se integrante do rol de países que disponibilizaram recursos de suas quotas para suprir o Plano de Transação Financeira (*Financial Transaction Plan* – FTP) – mecanismo pelo qual o FMI utiliza recursos das quotas para emprestar – e garantiu liquidez aos Direitos Especiais de Saque (DES) alocados aos países membros, por meio do Plano de Designação. Também se comprometeu a adquirir o equivalente a US\$10 bilhões em *Notes* – bônus comprados por países membros para financiar o FMI.

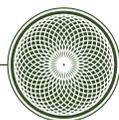
4.2 Grupo dos Vinte

Com a generalização do entendimento de que seria impossível combater a crise financeira internacional com ações restritas aos países do G-7, o G-20 – grupo dos vinte ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais – tornou-se o principal fórum de discussão e coordenação de políticas para combate à crise.

A agenda do G-20 constituiu-se, em 2009, de duas cúpulas de chefes de Estado e três reuniões de ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais. Nos meses que precederam a primeira cúpula, realizada em Londres, em abril, os países integrantes do G-20 concluíram que as ações de curto prazo, necessárias ao combate inicial à crise, haviam sido implementadas com relativo sucesso.

As ações de médio prazo, que permearam o trabalho do G-20 ao longo do ano e ainda estão na pauta das discussões em 2010, podem ser agrupadas em quatro grandes áreas: constituição de arcabouço para crescimento vigoroso, sustentável e balanceado; fortalecimento da regulação





e da transparência; fortalecimento da cooperação internacional em matéria de regulação e supervisão; e reforma das instituições financeiras internacionais.

O Banco Central do Brasil avaliou as propostas que surgiram no âmbito do G-20, com vistas a subsidiar as posições brasileiras na formulação de políticas destinadas a combater a crise, especificamente nos campos de regulação e supervisão financeiras e de cooperação internacional.

4.3 Fórum de Estabilidade Financeira

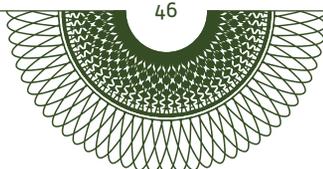
Em abril de 2009, o Banco Central passou a ser membro do Fórum de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Board – FSB*), fórum internacional que tem como objetivo desenvolver e implementar políticas de regulação e de supervisão no interesse da estabilidade financeira. O FSB compreende representantes de bancos centrais, autoridades nas áreas de regulação e supervisão, ministros de Finanças e instituições financeiras internacionais, entre outros. Conforme previsto em seu estatuto, o FSB reporta-se diretamente ao grupo dos vinte ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais.

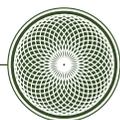
Na condição de representante no FSB, o Banco Central tem participado ativamente das discussões para reformulação dos padrões de regulação prudencial no âmbito global.

4.4 Banco de Compensações Internacionais

O Banco Central, como membro do Banco de Compensações Internacionais (*Bank for International Settlements – BIS*), sempre participou ativamente das discussões e dos trabalhos realizados, principalmente nas áreas de supervisão bancária, regulação prudencial, políticas econômica e monetária e sistema de pagamentos.

Em 2009, o Banco Central passou a participar formalmente do Comitê da Basileia de Supervisão Bancária (BCBS). Também nesse ano, o Banco Central passou a integrar formalmente o Comitê de Sistemas de Pagamentos e Compensações (CPSS). O CPSS é um fórum de bancos centrais em que é monitorado e analisado o desenvolvimento nos sistemas de pagamentos, de compensação e de liquidação domésticos, bem como esquemas transfronteiriços e de liquidação multimoedas. Dentre suas ações, destaca-se a coordenação das funções de vigilância (*oversight*) realizadas pelos bancos em relação aos sistemas de pagamentos, no que se refere a





eficiência e estabilidade dos acordos de pagamento, compensação e liquidação de obrigações, bem como os serviços de liquidação prestados pelos bancos centrais.

Na condição de representante brasileiro no BCBS, o Banco Central tem participado das discussões nos subgrupos específicos dedicados a temas de supervisão e regulação: Grupo de Implementação de Padrões (SIG), Grupo de Desenvolvimento de Políticas (PDG) e Grupo Tarefa sobre Contabilidade (ATF), passando, inclusive, a presidir os trabalhos do subgrupo sobre Validação (SIG-V), no âmbito do SIG, acima mencionado.

O Banco Central também passou a participar formalmente do Comitê sobre o Sistema Financeiro Global (CGFS) e do Comitê de Mercados. Como convidado, o Banco Central já tomava parte nas discussões feitas no âmbito desses fóruns. O CGFS tem como função principal monitorar o desenvolvimento dos mercados financeiros para os principais bancos centrais. O objetivo do trabalho do Comitê é identificar e avaliar fontes potenciais de estresse nos mercados financeiros globais e, com isso, promover a estabilidade e o aperfeiçoamento dos mercados.

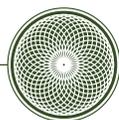
O Comitê de Mercado acompanha a evolução e as possíveis tendências dos mercados financeiros. A finalidade é facilitar a troca de informações entre seus membros sobre as implicações de curto prazo de eventos recentes no funcionamento dos mercados e nas operações dos bancos centrais.

Ainda no âmbito do BIS, o Banco Central participou das reuniões e grupos de trabalho do Conselho Consultivo para as Américas, instituído em 2008 e integrado pelos presidentes dos seis bancos centrais da região membros do BIS – Argentina, Brasil, Canadá, Chile, EUA e México –, com os objetivos de aprimorar a atuação daquele organismo na região e de melhor refletir as necessidades e os interesses das Américas em seu programa de trabalho.

4.5 Reuniões de presidentes de bancos centrais do Mercado Comum do Sul e de países associados

Foram realizadas duas reuniões de presidentes de bancos centrais do Mercado Comum do Sul (Mercosul), Bolívia, Chile, Peru e Venezuela, com debates e intercâmbio de experiências sobre assuntos de política monetária e política cambial. Nesses encontros, o primeiro deles sediado no Brasil, os participantes examinaram a evolução e as perspectivas da economia mundial, discutiram a conjuntura econômica em seus países, além de intercambiar experiências sobre temas afetos a atividades típicas de autoridade monetária.





4.6 Integração regional

O Subgrupo de Trabalho nº 4 (SGT-4) – Assuntos Financeiros do Mercosul –, cujo coordenador nacional é o Banco Central do Brasil, concentrou os trabalhos em harmonização de normas e regulamentos que regem o funcionamento dos sistemas financeiros dos quatro países integrantes do bloco, para se obter grau adequado de solidez e transparência. Houve avanços na organização dos trabalhos do subgrupo, além da organização digital dos documentos.

No âmbito desse subgrupo, a Comissão de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo realizou duas reuniões, no Paraguai e no Uruguai, quando foram discutidas medidas para alinhamento de questões normativas e de supervisão relacionados à PLD/CFT, sob competência dos bancos centrais dos países membros.

4.7 Sistema de Pagamentos em Moeda Local

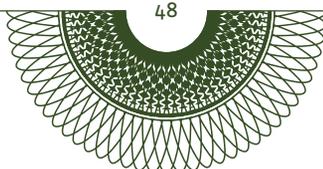
Decorrido um ano de funcionamento, o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) entre Brasil e Argentina demonstrou crescimento contínuo, tanto em número de operações quanto em valor movimentado. A meta inicial de 3% do fluxo de liquidação do comércio bilateral foi atingida. Em 2009, o sistema registrou cerca de 1.300 operações de comércio exterior, com o montante movimentado superior a R\$450 milhões.

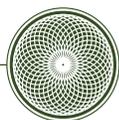
Os bancos centrais do Brasil e do Uruguai iniciaram negociação para estabelecimento de um SML entre os dois países, tendo sido assinada, em outubro, carta de intenções pelos dois presidentes dos bancos centrais. O sistema está sendo desenhado nos mesmos moldes do SML com a Argentina, e a previsão é que entre em vigência no primeiro semestre de 2010.

4.8 Relacionamento com bancos centrais e entidades de supervisão bancária

O Banco Central realizou trabalhos de inspeção direta em agências e subsidiárias de bancos brasileiros no Japão e no Uruguai, respectivamente, sendo realizadas reuniões de trabalho com a *Financial Services Agency* (FSA) no Japão e com o *Banco Central del Uruguay*.

Em 2009, o Banco Central recebeu delegações dos bancos centrais ou órgãos reguladores da Argentina, Bolívia, Cabo Verde, Egito, Equador, Honduras, Moçambique, Paraguai, Peru,





Quênia, Rússia e Uruguai. A troca de experiências esteve focada em áreas como microfinanças, política monetária, elaboração de modelos macroeconômicos, educação financeira, governança, recursos humanos, estrutura e funcionamento da Diretoria Colegiada, sistema de custos, supervisão bancária e regras de Basileia, gestão de numerário e sistema de pagamentos.

Estão em negociação Memorandos de Entendimentos para cooperação técnica com os bancos centrais da África do Sul, de Angola, da Bolívia, de Cabo Verde e do Irã.

O Banco Central participou ainda de fóruns internacionais, como o *Financial Action Task Force* (FATF/Gafi), o Grupo de Ação Financeira Internacional da América do Sul (Gafisud), o Grupo de *Wolfsberg* e o 4º *Latin America Private Sector Dialogue* (PSD).

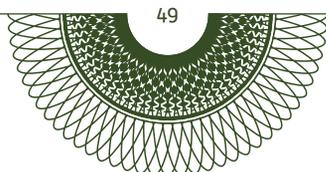
4.9 Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos

O Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) movimentou cerca de US\$200 milhões em pagamentos de importações e cerca de US\$2,4 bilhões em recebimentos de exportações brasileiras. O Banco Central avançou no processo de modernização do CCR, buscando a adoção de modernas práticas de gerenciamento de risco, e iniciou os testes do novo sistema de tecnologia da informação. Trata-se de parte primordial do projeto de Redução de Riscos do Sistema (CCR), que abrange tanto a troca de informações com as instituições financeiras nacionais quanto com o Banco Central de Reserva do Peru, agente central do sistema.

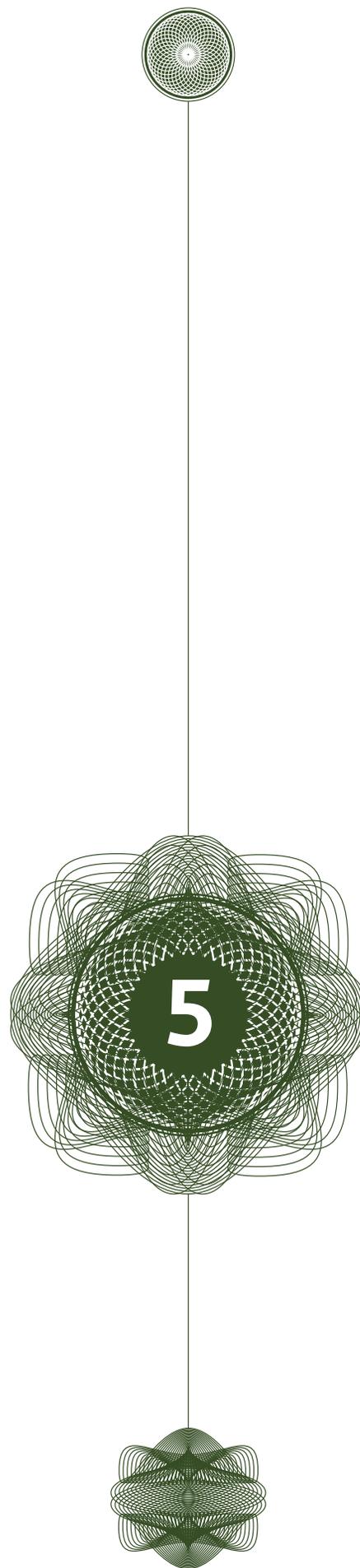
4.10 Associação de Supervisores Bancários das Américas

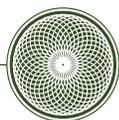
O Brasil sediou o seminário *Detección de Fraude Bancario*, realizado no Rio de Janeiro pela Associação de Supervisores Bancários das Américas (Asba) em parceria com o *Federal Reserve*. O seminário tratou de conceitos importantes sobre operações fraudulentas, seus caminhos e passos necessários para determinar a verdadeira natureza dessas operações.

Em Lima, capital peruana, foi realizada a XII Assembléia Anual da Asba. Na série de conferências do evento, foram discutidos temas como regulação e supervisão bancária depois da crise, testes de estresse, regulação macroprudencial e prioridades regionais na regulação e na supervisão bancária.



Banco Central do Brasil
e a sociedade





5.1 Atendimento ao cidadão

O Banco Central presta informações ao público em geral sobre as regras de funcionamento do SFN e sobre as atividades da própria instituição. Denúncias e reclamações são disponibilizadas às instituições supervisionadas para oferecimento de resposta ao interessado e a esta autarquia. A atuação do Banco Central em relação a essas demandas tem por objetivo verificar o cumprimento das normas específicas de sua competência, para que as instituições supervisionadas atuem em conformidade com as leis e com a regulamentação.

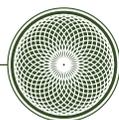
Em 2009, foram realizados 317,4 mil atendimentos ao público, dos quais 217,6 mil foram pedidos de informação, 37,5 mil foram denúncias, e 62,4 mil, reclamações. Do total de atendimentos, 44% foram registrados por telefone, 36% pela internet, 18% presencialmente e 2% por correspondência.

Os pedidos de informação mais comuns foram relacionados a cadastros e sistemas de informações do Banco Central, como o Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo (CCF), o Cadastro de Clientes do SFN (CCS) e o Sistema de Informações de Crédito (SCR). Casos em que foram atendidos 27,1 mil pedidos. Também foram fornecidos 26,7 mil relatórios sobre a posição individual de pessoas físicas e jurídicas no CCF, CCS e SCR.

O fornecimento de informações cadastrais, histórico e linha sucessória sobre bancos, demais instituições financeiras e administradoras de consórcios totalizou 18,7 mil atendimentos. Também foram registradas dezenas de milhares de consultas relacionadas a regras e procedimentos de funcionamento do SFN, sobre assuntos diversos, como cobrança de tarifas, liquidação antecipada de empréstimos, abertura e manutenção de contas em bancos, entre outros.

O total de 99,86 mil atendimentos de denúncias e reclamações gerou 142,4 mil ocorrências, sendo que os principais assuntos apresentados pelos cidadãos ao Banco Central em 2009 estão relacionados a problemas com a liquidação antecipada de empréstimos bancários (33,4 mil ocorrências); com o atendimento prestado pelas instituições (25,5 mil ocorrências); e com o fornecimento de documentos solicitados às instituições financeiras e/ou administradoras de consórcio (21,8 mil ocorrências).





5.2 Sítio na internet

O sítio do BC na internet atendeu a 5,4 milhões de consultas provenientes de computadores diferentes em 2009. Isso representa crescimento de 15,9% em relação ao número do ano anterior. O total de páginas consultadas no período foi de 7 milhões.

Em 2009, foi implementado, no sítio da internet do BC, o sistema de “busca avançada”. Esse recurso possibilita ao cidadão uso do sítio para encontrar com mais facilidade documentos publicados de seu interesse, uma vez que especifica critérios de filtragem mais detalhados, como operadores lógicos, tipos de documentos e período de divulgação.

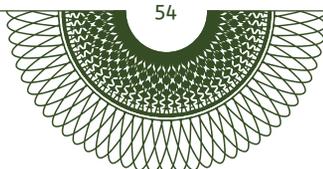
Foi implementada nova página de apresentação dos resultados da busca, que possibilita ao usuário especificar a forma de ordenação dos resultados e oferece total liberdade para paginar entre os resultados encontrados.

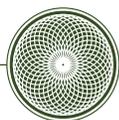
5.3 Ouvidoria

Dentre as medidas adotadas pelo Banco Central, destaca-se a divulgação, em seu sítio na internet, de lista com dados da Ouvidoria dos bancos. O objetivo é facilitar o contato do cidadão com as ouvidorias, quando suas demandas não tiverem sido solucionadas a contento pelos canais tradicionais de atendimento.

Outra importante medida diz respeito ao acesso do cidadão, em particular ao relacionamento do Banco Central com o deficiente auditivo e da fala por intermédio do telefone 0800 dedicado a essa parcela da população. Esse processo foi revisado, e o contato do deficiente com a instituição passará a ser realizado de forma mais efetiva, utilizando-se moderno padrão tecnológico. Além da Central de Atendimento ao Surdo (CAS), serão instalados, no começo de 2010, na sede e nas representações regionais do Banco Central, aparelhos específicos para serem utilizados por pessoas com deficiência auditiva ou da fala que desejarem entrar em contato com o Banco Central ou com outra instituição, mas que não disponham do aparelho adequado para tal fim.

No tocante às demandas recebidas, houve razoável redução do quantitativo, que passou de 3,9 mil, em 2008, para 3,2 mil, em 2009. Essa redução pode ser atribuída ao trabalho que vem sendo realizado para esclarecer o cidadão sobre o papel do Banco Central no encaminhamento





das questões que envolvem o relacionamento do cidadão com as instituições financeiras. Do total de demandas recebidas em 2009, 70% foram reclamações, 16% sugestões, 7% críticas e 7% elogios.

A maior parte das reclamações recaiu sobre a dificuldade de acesso ao telefone 0800. A segunda maior incidência de reclamações diz respeito ao prazo de resposta do Banco Central às demandas do cidadão contra as instituições financeiras. O canal mais utilizado para encaminhamento de demandas à Ouvidoria foi o *e-mail* (79%), ficando o telefone (13%) em segundo lugar.

5.4 Ação social

O Banco Central apoia o desenvolvimento de jovens aprendizes que executam atividades profissionalizantes. Dos 135 adolescentes participantes do programa de inclusão, 55 se formaram em 2009 como auxiliares de serviços administrativos. Por meio de convênios, 262 estudantes de nível superior e 23 de nível médio participaram de estágios profissionalizantes.

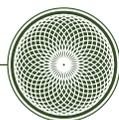
5.5 Acervo cultural e numismático

Em 2009, foi inaugurada, na Galeria de Arte do Banco Central, em Brasília, a exposição Candido Portinari em Obras, com as quinze obras de Portinari que integram o acervo da instituição. A exposição, com encerramento previsto para junho de 2010, apresenta o processo de restauro a que as obras foram submetidas, também publicado no catálogo e no material gráfico da mostra. Foi contemplado na exposição programa educativo destinado a estudantes de escolas públicas e privadas do Distrito Federal.

Com isso, a recepção de estudantes no projeto educativo do Banco Central – que contempla ainda o projeto Museu-Escola – cresceu significativamente em 2009, fazendo com que o total de visitas escolares ao Museu de Valores e à Galeria de Arte se elevasse de 16,3 mil, em 2008, para 21,4 mil, o que envolveu o total de 535 grupos escolares em atendimentos monitorados.

Houve iniciativas para atender melhor às demandas do público sobre temas históricos e culturais relacionados ao Banco Central, bem como à preservação e à divulgação de seu patrimônio histórico. Entre essas iniciativas, destacam-se a implementação do Sistema Avisi, que





possibilita o agendamento de visitas ao Museu de Valores diretamente pelas escolas, por meio do portal do Banco Central; a avaliação, para fins de seguro, de todo o acervo do Museu de Valores, estimado em aproximadamente R\$123 milhões; e o início dos trabalhos de higienização e digitalização do acervo do Museu de Valores, para futura divulgação de imagens e dados na *internet*.

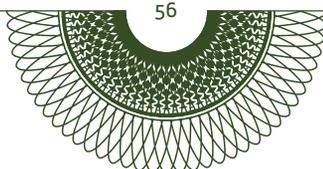
Com objetivo de divulgar parte de seu acervo de obras de arte para a sociedade, o Banco Central participou da exposição Entreséculos, realizada pelo Museu Nacional do Conjunto Cultural da República, em Brasília, com cessão de 21 quadros. Foram cedidos trabalhos de Portinari, Volpi, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Ismael Nery, Antonio Bandeira, Vicente do Rego Monteiro, Fúlvio Pennacchi, Clóvis Graciano e Antonio Gomide.

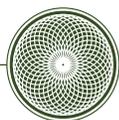
5.6 Programa de Educação Financeira

No âmbito do Programa de Educação Financeira (PEF), além de visitas monitoradas ao Museu de Valores, destacam-se o ciclo de palestras para universitários BC e Universidade e o projeto Parceiro Real, este realizado em parceria com a Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal, com o objetivo de levar a educação financeira a alunos do ensino fundamental das escolas públicas do Distrito Federal. No âmbito desse projeto, foram capacitados, como multiplicadores, mais de sessenta professores que ensinam nas cidades-satélites de Brasília.

Foram realizadas palestras e cursos de Educação Financeira, com o total de dez turmas no Brasil e aproximadamente 180 pessoas capacitadas, entre servidores e público externo, sendo esse último formado para atuar como multiplicador do curso.

Foi firmada parceria com o Ministério da Defesa para realizar eventos de capacitação de multiplicadores no Exército, na Marinha e na Aeronáutica em Gestão Financeira Pessoal. A instituição colaborou com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), na elaboração e revisão de material de Educação Financeira para os participantes do programa Bolsa Família. O Banco Central integra grupo de trabalho constituído em 2007, por deliberação do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), que elaborou proposta de Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef).





Em 2009, além de concluir a elaboração dessa proposta da Enef, o grupo fez a revisão de 72 situações didáticas, um conjunto de instrumentos pedagógicos para ensino de Educação Financeira nas escolas, material a ser utilizado, já em 2010, pelo Ministério da Educação (MEC).

5.7 Cédulas e moedas em circulação

O meio circulante, em 2009, teve aumento de 14,3% em relação ao ano anterior e chegou a R\$132,2 bilhões. Houve crescimento do número de quase todas as cédulas e moedas em circulação, refletindo as ações empreendidas para aumento da oferta de troco e redução do custo de administração do meio circulante. Destaca-se que foi colocado em circulação 1,4 bilhão de moedas, quantidade 22% superior à de 2008.

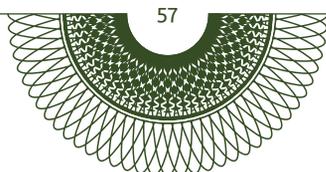
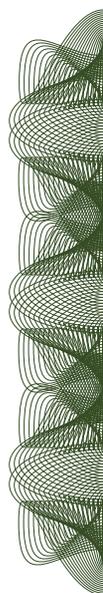
As cédulas sem condições de uso são retiradas periodicamente de circulação, com a finalidade de garantir a qualidade do dinheiro em poder do público. Em 2009, esse procedimento levou à destruição de 1,8 bilhão de cédulas.

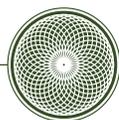
Para assegurar o atendimento e o regular suprimento de numerário aos bancos comerciais realizado por instituição financeira contratada, em 2009, foram realizadas com inspeções em suas dependências, as quais concentravam cerca de 90% do estoque de numerário do Banco Central em custódia.

Abordando os temas de incentivo à circulação de moedas metálicas e ao reconhecimento do dinheiro legítimo, foi veiculada campanha de utilidade pública em todo o território nacional.

Prosseguiu-se com a promoção de cursos, palestras e exposições itinerantes, com o objetivo de difundir conhecimento sobre os elementos de segurança contidos nas cédulas do real e de divulgar informações sobre como proceder em caso de recebimento de cédulas suspeitas de falsificação.

Em decorrência de ações que estimularam o público a conferir as notas, bem como do aperfeiçoamento da integração com órgãos de combate à falsificação, houve redução de 9% no volume de cédulas falsas apreendidas no país, o que sugere continuidade e aprofundamento dessas ações.





Cédulas em circulação

Cédulas	31/12/2008	31/12/2009	[2009/2008]
Denominação	Quantidade (milhões)	Quantidade (milhões)	Variação
1	193,8	162,3	-16,3 ^o %
2	672,3	721,0	7,3 ^o %
5	389,5	414,6	6,5 ^o %
10	720,9	696,5	-3,4 ^o %
20	556,5	624,1	12,1 ^o %
50	1.425,2	1.522,6	6,8 ^o %
100	196,4	292,3	48,8 ^o %

Moedas em circulação

Moedas	31/12/2008	31/12/2009	[2009/2008]
Denominação	Quantidade (milhões)	Quantidade (milhões)	Variação
0,01	3.190,6	3.190,8	0,0 ^o %
0,05	3.229,3	3.597,1	11,4 ^o %
0,10	3.654,3	4.017,6	9,9 ^o %
0,25	1.498,1	1.678,7	12,1 ^o %
0,50	1.309,9	1.533,8	17,1 ^o %
1,00	1.279,1	1.575,8	23,2 ^o %

